

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 790.956 RIO DE JANEIRO

RELATOR	: MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S)	: VANIA CERISE GURGEL MONTEIRO
ADV.(A/S)	: AMÉLIA MONICA DA COSTA SÁ DE MELLO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. INTEMPESTIVIDADE. RECURSO NÃO CONHECIDO.

1. É intempestivo o agravo regimental interposto fora do prazo fixado pelo art. 317 do RI/STF.
2. Agravo regimental não conhecido.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência da Ministra Rosa Weber, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em não conhecer do agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Ministro Marco Aurélio.

Brasília, 29 de setembro de 2015.

MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - RELATOR

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 790.956 RIO DE JANEIRO

RELATOR	: MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S)	: VANIA CERISE GURGEL MONTEIRO
ADV.(A/S)	: AMÉLIA MONICA DA COSTA SÁ DE MELLO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (RELATOR):

1. Trata-se de agravo regimental cujo objeto é decisão que conheceu do agravo e negou seguimento ao recurso extraordinário, pelos seguintes fundamentos:

“Trata-se de agravo cujo objeto é decisão que negou seguimento a recurso extraordinário interposto contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado:

‘EMBARGOS INFRINGENTES. PENSÃO MILITAR. FILHA ADOTIVA MAIOR DE 21 ANOS. Na inicial, a Embargante, arquiteta e separada e maior, postulou a concessão de pensão militar correspondente ao soldo de segundo-tenente, por ser filha adotiva de ex-combatente. O acórdão, por maioria, reformou a sentença e julgou improcedente o pleito. O pedido não remetia aos pressupostos previstos na Lei nº 3.765/60. Mas, ainda que se admita que o pleito seja examinado à luz de tal diploma, os embargos não prosperam. Seja com base na Lei nº 8.059/90, seja com base na Lei das Pensões Militares (Lei nº 3.765/60), o pedido é improcedente. A Lei nº 8.059/90, vigente à data do óbito do instituidor da pensão,

ARE 790956 AGR / RJ

não contempla a filha maior como dependente de ex-combatente. De outro lado, não é o caso de se aplicar o art. 7º, II, da Lei nº 3.765/60, ainda que cumprido o art. 31, *caput*, da Medida Provisória nº 2.131/2000 (atual MP nº 2.215-10/2001), uma vez que a regra de 1960 não foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, por ser incompatível com os seus princípios. Ademais, a autora era enteada do falecido, e apenas foi adotada depois de décadas, com o objetivo de passar a pensão, já que o militar era, então, viúvo e contava 79 anos de idade. Mas a adoção da autora não é apta a produzir os efeitos almejados, pois foi realizada através de mera escritura pública, em 22.05.1998, sem a assistência do Poder Público, em desacordo com o previsto no art. 227, § 5º, da CRFB/88. Recurso desprovido.'

O recurso é inadmissível, tendo em vista que, para dissentir da conclusão do Tribunal de origem, seriam imprescindíveis a análise da legislação infraconstitucional aplicada ao caso e o reexame do conjunto fático-probatório dos autos (Súmula 279/STF), o que torna inviável o processamento do recurso extraordinário.

Diante do exposto, com base no art. 544, § 4º, II, *b*, do CPC e no art. 21, § 1º, do RI/STF, conheço do agravo e nego seguimento ao recurso extraordinário."

2. A parte agravante reitera as razões do recurso extraordinário, fundado no art. 102, III, *a*, da Constituição, sustentando que faz jus à pensão pleiteada.

3. É o relatório.

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 790.956 RIO DE JANEIRO

V O T O

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (RELATOR):

1. O agravo regimental não merecer ser conhecido, por ser intempestivo.
2. Com efeito, a decisão agravada foi publicada no Diário de Justiça eletrônico em 10.04.2015 e o prazo de cinco dias (conforme estabelece o art. 317 do RI/STF para interposição do recurso) encerrou-se em 17.04.2015. No caso, o recurso de agravo regimental somente foi apresentado no Supremo Tribunal Federal em 22.04.2015 (Petição nº 18852/2015), sem causa legal de suspensão ou interrupção do prazo.
3. Diante do exposto, não conheço do agravo regimental.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 790.956

PROCED. : RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO

AGTE.(S) : VANIA CERISE GURGEL MONTEIRO

ADV.(A/S) : AMÉLIA MONICA DA COSTA SÁ DE MELLO E OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S) : UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: A Turma não conheceu do agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Unânime. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Senhor Ministro Marco Aurélio. Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. 1ª Turma, 29.9.2015.

Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux, Roberto Barroso e Edson Fachin.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Odim Brandão Ferreira.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma